

MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO FALÁCIAS DO DISCURSO NEOLIBERAL

Rogério Roberto G. de Abreu (*)

01 — Introdução

A análise do tema em debate nos obriga a deparar com certas palavras, tornando-as obrigatórias no estudo de tal tema. Assim, tratar da necessidade da modernização das Relações de Trabalho nos leva, inexoravelmente, a falar em Globalização, Neoliberalismo, Flexibilização, Desregulamentação, e tantos outros conceitos que ganharam relevo através da pena dos mais renomados juslaboralistas.

Outrossim, a própria confrontação dos respectivos escritos entre si nos leva a perceber que os discursos se parecem, apenas bifurcando-se em dois grandes grupos, quais sejam: de um lado, os que defendem a necessidade da modernização das relações laborais à custa de flexibilização das normas trabalhistas, desregulamentação do Direito do Trabalho e declínio dos institutos de proteção aos trabalhadores; e do outro lado, aqueles que almejam o atingimento de tal modernização sem que sejam subtraídos os direitos trabalhistas.

Sem embargo de nos encontrarmos em posição de concordância com grande parte dos pontos defendidos por uma e outra corrente, assumimos no presente trabalho, quanto aos meios a serem empregados, posição estreitamente diversa embora não antagônica, uma vez que, adotando como lastro os frios dados da realidade fática, preconizamos a atuação sempre presente do Estado como forma de garantir o equilíbrio e a isonomia contratual na execução do pacto laboral.

02 — Os Neoliberalistas

A “marcha pelo neoliberalismo”, encampada pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem suas raízes, como sabemos, em elementos teórico-doutrinários alienígenas, como consequência imediata e inevitável do fenômeno da Globalização, em que as fronteiras passam a ser marcos divisórios cada vez mais imaginários, e todo o globo assume uma feição homogênea, ao revés de suas terríveis diferenças.

(*) - Rogério Roberto G. de Abreu é Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Pactos são firmados com o objetivo de serem constituídas Uniões ou Comunidades de Nações de modo a, reunindo forças, perfazerem um bloco econômico, político e social capaz de concorrer (ou pelo menos não sucumbir) com nações mais fortes e poderosas. Assim é que nasceram o MERCOSUL, o NAFTA, a UNIÃO EUROPEIA etc., demonstrando que a mundialização da economia, com a diminuição de barreiras alfandegárias, livre comércio e, o mais importante, livre tráfego de trabalhadores entre os países signatários, exige a formação de alianças para sua sobrevivência econômica. Numa palavra, impossível pretender sobreviver, dançando desconforme a música que toca.

A política neoliberalista — que de imediato almeja a retirada do Estado da economia, simplesmente pela entrega de tais meios de produção à iniciativa privada, bem como a compensação através do desenvolvimento de políticas sociais próprias para os mais necessitados — acaba de fazer aparecer uma grande massa de excluídos, os quais exsurgem como desempregados e socialmente marginalizados. Entretanto, a própria retirada do Estado da economia e de outros setores que entende atípicos em relação às suas atividades já demonstra que o principal objetivo é desprover-se o Poder Público de qualquer ônus no tocante às competências alheias àquelas atividades típicas. A regulamentação das relações laborais seria, desta forma, uma daquelas atividades atípicas.

Outrossim, a própria tutela dos trabalhadores, de modo a impedir o esmagamento do trabalho pelo capital, torna-se, no discurso neoliberalista, uma forma de cerceamento da liberdade contratual, bem como um impedimento à atividade empresarial livre e, assim, à própria modernização das empresas. As consequências estariam relacionadas à impossibilidade de novas contratações, abertura de novos empregos, inviabilidade de expansão das atividades empresariais em face da acentuada proteção, e cerceamento da possibilidade da livre estipulação de cláusulas contratuais representativas do próprio pacto laboral a nível individual. Em outras palavras, um entrave ao desenvolvimento.

Neste passo, surge a flexibilização como forma de, maleabilizando a aplicação das normas trabalhistas existentes, conferir-se o poder — e a consequente

responsabilidade — aos respectivos sindicatos da categoria, para que intercedam na defesa de seus representados junto à classe patronal. A regulamentação direta seria feita através de convenções e acordos coletivos entre os sindicatos dos trabalhadores e da classe patronal que, numa negociação direta das cláusulas contratuais, estabeleceriam as melhores condições para ambas as partes. Aparece tal expediente, portanto, como meio hábil a fomentar o aparecimento de empregos, mediante o fortalecimento dos recursos disponíveis dos empregadores, com a conseqüente diminuição das prerrogativas e direitos trabalhistas.

Além da flexibilização, num maior grau, aparece a desregulamentação, com a revogação direta das normas trabalhistas, adentrando, assim, as normas de caráter particular (convenções e contratos coletivos) como fonte obrigatória do direito disciplinador das relações de trabalho. Nota-se que, no caso de flexibilização, tem-se que as normas contratuais são principais em relação as legislativas, mas estas ainda existem, ao passo que neste modelo o trabalhador não teria outra norma senão a nascida da atuação sindical, num acordo entre as vontades coletivas das categorias representadas.

Forçoso ressaltar que algumas normas de suma importância, pelo menos, haveriam de sobreviver à hecatombe normativa, mas mesmo outras de importância comparável deveriam desfalecer frente à convenção, numa veemente demonstração de alheação das garantias e direitos, hoje, indisponíveis pelo trabalhador.

A incrementar tal discurso, os adeptos de tal posição apontam dados reais como o fato de serem atualmente os Estados Unidos o país com menor índice de desemprego no mundo (2,0 %), bem como a comparação entre a média do valor hora-trabalho no Brasil (US\$ 2,40), e em países industrializados que utilizam o modelo neoliberal e se encontram de portas abertas ao fenômeno da Globalização, como Japão (US\$ 16,00), EUA (US\$ 18,00) e Alemanha (US\$ 24,00).

03 — A posição contrária

Os que defendem o ponto de vista adverso são contrários apenas no que tange à diminuição das garantias laborais como forma de implementação da modernização, bem como à introdução de um modelo neoliberal nos moldes apresentados por FHC. Entretanto, em um ponto todos são uniformemente acordantes: há que se fortalecer os sindicatos para que os conflitos possam ser solucionados ainda em fase de negociação coletiva.

No contra-ataque às teses expostas para a justificação do modelo neoliberal, bem como à abertura das portas brasileiras à Globalização, adotando em todos os

aspectos os expedientes de Estados Unidos, Japão, Alemanha, e demais países desenvolvidos, alguns autores atacaram ponto de relevância e pertinência, principalmente em fundamentação da defesa de certos institutos considerados básicos à proteção do trabalhador.

Com efeito, não se pode pretender enquadrar o Brasil na mesma condição que as demais nações apontadas, para efeito de comparação, por diversas razões econômicas e sociais, dentre as quais, a própria média de salário como já fora apontado em linhas precedentes. Aqueles que preconizam a adoção do modelo aqui combatido jogam o exemplo de tais países como confetes aos olhos dos menos avisados, de forma que uma análise mais acurada se faz indispensável a fim de se evitarem grosseiros equívocos de ordem prática.

Partindo à ofensiva direta, no combate às teses de flexibilização e desregulamentação, frisam autores que a própria orientação adotada na Europa (ao contrário do que almejam fazer crer os defensores da tese oposta) é de que a conservação dos empregos existentes acaba, ao final, por se tornar menos onerosa do que a mobilidade. Assim, encaram ser mais aconselhável fornecer subsídios ao empregado para sua permanência no emprego do que estimular a rotatividade — rotatividade esta pretendida pelos neoliberais com o relaxamento do vínculo ou mesmo a criação de novos empregos em detrimento dos salários.

Para exemplificar, demonstrando o quão falacioso se torna o discurso neoliberalista, nota-se que, em caso de diminuição da jornada de trabalho, com conseqüente diminuição do salário, tal fato seria duramente sentido pelo empregado brasileiro (que ganha muito pouco pela hora de trabalho), ao passo que poderia não acarretar maiores danos ao orçamento familiar de alguém na Alemanha ou EUA, mesmo que, com relação aos três citados países, o cálculo do respectivo decréscimo fosse proporcionalmente equivalente. Tal aspecto já demonstra que a justificação da aplicação de tal modelo ao Brasil, através de exemplos como Japão, EUA ou Alemanha, é totalmente falsa.

04 — Nossa posição

Conforme ficou claramente consignado em linhas precedentes, as divergências ideológicas não impedem a convergência de ambas as correntes para a necessidade de fortalecimento da atividade dos sindicatos, bem como da atribuição de poderes para que as questões trabalhistas possam ser resolvidas em um estágio extra-judicial, ainda a nível de negociação coletiva entre os chamados interlocutores sociais. Mas o que significaria, semanticamente, em tal discurso, a palavra “fortalecimento”?

Numa primeira análise, pensaríamos que tal verbete quer significar a conferência, aos sindicatos, de poderes suficientes para que possam adimplir

satisfatoriamente os seus objetivos. Em outro ponto de vista, pode-se imaginar que tal locução aparece, como querem os neoliberalistas, significando a concessão de poderes ao sindicato para atuar em áreas outrora ocupadas pelo alcance dos textos legais. A diferença é patente.

No primeiro caso, o próprio sindicato, como entidade de representação que é, independentemente da alteração de suas finalidades ou competências, ter-se-ia por fortalecido, atuando no adimplemento de suas atribuições da forma mais satisfatória possível, o que pode ser obtido com uma filiação em massa, bem como com a garantia constitucional contra normas que possam vir a lhes embaraçar o funcionamento.

O segundo caso revela, tão somente, hipótese em que atribuições atualmente conferidas aos textos de direito positivo seriam repassadas, com a flexibilização e a desregulamentação, aos sindicatos que, por sua vez, independentemente de se terem por fortalecidos (de dentro para fora, como no exemplo anterior), teriam em mãos maiores poderes, isto é, atribuições e competências.

Para demonstrar a aberração que a diferença provoca, bem como a ineficácia do modelo neoliberalista, apontamos o aspecto de que, um sindicato efetivamente fortalecido, em que sua atuação de lastreia em objetivos voltados para a defesa dos interesses dos seus associados, requer uma direção consciente e sensível para com a problemática das relações trabalhistas, bem como solidária em relação aos representados da categoria. A escolha de tal direção, exige, além de consciência política e social, um mínimo de educação.

Ora, dados recentes mostram o Brasil como a segunda nação em concentração de renda, perdendo apenas para um pequeno país africano que ainda se encontra em estágio tribal. Aqui, fala-se correntemente nos sem-teto, sem-terra, mas por que não se falar nos sem-educação, dada a grande massa de analfabetos e semi-alfabetizados no Brasil? O que se quer mostrar é que a mesma maturidade, educação ou cultura necessárias à escolha de um dirigente sindical honesto, é aquela que se requer para a escolha de um Deputado, Governador, ou um Presidente da República: o que a maioria do brasileiro ainda não tem.

Vigorando ainda, no Brasil, o reinado das forças econômicas e políticas, em todas as áreas de formação de consciência (os sindicatos não seriam exceção), não se pode falar em sindicato forte e representativo em terras brasileiras, sem que se recaia em lamentável abstração.

Do ponto de vista prático e hodierno, o sindicato efetivamente forte há de ser, em nosso país, impregnado de forças políticas e econômicas, numa estrita relação de dependência. Enquanto isso, aquele sindicato que se despoja ou se furta a tal submissão, aparece fraco e inerte. Nestes termos, temos um sindicato que tem força (política), mas não tem (boa) vontade na defesa dos direitos da classe. Do outro lado, observamos uma débil entidade com (boa) vontade para tal defesa, mas sem nenhuma força (política) para a consecução de seus objetivos, uma vez que contraria interesses. Sendo esta a

alarmante realidade do sindicalismo brasileiro, enfraquecido pelo próprio movimento neoliberal (como consequência direta do desemprego), necessária seria muita força de vontade para cogitar da pertinência de tal modelo para a realidade brasileira.

O paradoxo apresentado assim demonstra. Como pretender-se a transferência da garantia de importantes direitos dos trabalhadores para os sindicatos, e ao mesmo tempo provocar o seu enfraquecimento interno, numa flagrante ofensa aos princípios norteadores do Direito do Trabalho? Como melhorar as condições de vida dos trabalhadores brasileiros (os quais ganham, como fruto do seu trabalho, um décimo do que ganha o trabalhador alemão por hora de trabalho) através da redução de seus direitos e garantias? Como pretender-se a adoção de critérios e paradigmas das nações desenvolvidas para aplicá-los a uma nação desprovida de educação, saúde, habitação e emprego como a nossa?

Sendo assim, pensamos que apenas através de uma forte regulamentação poder-se-á garantir tais prerrogativas dos trabalhadores, não porque a atividade sindical seja inócua (muito pelo contrário), mas porque apresenta-se, no estágio atual, pelo menos quanto ao Brasil, extremamente debilitada, principalmente em estados do Nordeste, onde aparentemente nem mesmo existe. A adoção de regras que deflagre a transferência de poderes aos sindicatos para a representação da categoria, com os escopos aqui vislumbrados, há que ser precedida de profundo estudo, bem como de uma completa reestruturação dos sindicatos brasileiros, a começar pelo material humano que, certamente, haverá de ser origem e fim de tal atuação.

O regramento laboral, assim, não pode sucumbir diante dos postulados neoliberais que almejam a completa retirada do Estado de tal seara, haja vista que, assim sendo, desastrosos seriam os efeitos decorrentes e, sendo de trabalhadores a grande massa da população, tal hecatombe normativa abalaria toda uma nação.

05 — Conclusão

Observou-se, através da breve narrativa acima exposta, que a própria Globalização não aparece, para os trabalhadores brasileiros, como ventos da modernidade, ou mesmo como chamadas para o desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil. Desvirtua-se o panorama pretendido, uma vez que a própria realidade teoricamente apresentada pela corrente neoliberalista, quer não se enquadra ao quadro fático brasileiro, ou sequer condiz com o verdadeiramente apurado no mundo fenomênico.

A modernização das relações de trabalho, sem qualquer sombra de dúvidas, é imperiosa e necessária, mas jamais será atingida através das formas acima combatidas. Tal modernização haverá de ter o Estado como carro-chefe que, diligentemente, cumprindo suas funções de defensor da massa oprimida pelo poderio do capital, e

principal promotor da justiça social, bem assim contando com a atuação dos sindicatos, estabelecer normas que impulsionem dita modernização, mesmo que seja para flexibilizar Institutos Jurídicos em pontos estratégicos. Normatizar e disciplinar não são sinônimos de enrijecer, mas de racionalizar.

Se em algum ponto de nosso porvir mostrar-se efetivamente necessária a retirada do Estado, no tocante ao disciplinamento das relações laborais, que seja em momento oportuno, e que advenha de atuação conjunta com a finalidade de prover os sindicatos de força e independência suficientes para, imbuídos da imprescindível vontade, garantirem, juntos, a justiça social pela qual clamam todos e cada um dos trabalhadores brasileiros.